



# NOVO ENSINO MÉDIO: PERSPECTIVAS E ATUAÇÃO DOS DOCENTES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DE UMA ESCOLA PÚBLICA POTIGUAR

Werverton de Queiroz Nobre<sup>1</sup>  
Ayla Marcia Cordeiro Bizerra<sup>2</sup>

## RESUMO

A implementação do Novo Ensino Médio estabelece mudanças significativas na estrutura desse nível de ensino e define uma nova organização curricular em itinerários formativos fundamentados na Base Nacional Comum Curricular, que leva em consideração a formação profissional e técnica dos alunos. Esta proposta foi estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, que proporcionou uma alteração nas orientações normativas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, acerca do Ensino Médio em Tempo Integral, vislumbrando a efetivação da formação integral dos educandos. Diante disto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção e atuação dos docentes da área de conhecimento de Ciências da Natureza e suas tecnologias de uma escola pública do interior do Rio Grande do Norte, frente às transformações ocasionadas pelo Novo Ensino Médio. Este trabalho trata-se de uma abordagem qualitativa do tipo levantamento de campo e para coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, a fim de conhecer as opiniões e atuação dos docentes dos componentes curriculares Física, Química e Biologia de uma escola estadual do Alto Oeste Potiguar. Os dados coletados evidenciam de forma preliminar e geral, o surgimento de novos desafios na atuação dos docentes da área de Ciências da Natureza, bem como, o seu remanejamento para disciplinas eletivas, a fim de completar a carga horária profissional. Embora tenha ocorrido um aumento da jornada escolar, a redução da carga-horária dessas disciplinas se apresenta como um ponto de preocupação para esses docentes, tendo em vista a complexidade dos conteúdos a serem trabalhados e o pouco tempo disponível. Assim, o desenvolvimento da proposta do Novo Ensino Médio, ainda em fase inicial de implantação, instiga diversas discussões e incertezas na prática do processo de ensino e aprendizagem e no futuro dos docentes (tanto em formação, como nos graduados) da área de ciências da natureza nas escolas públicas.

**Palavras-Chaves:** Novo Ensino Médio, Ciência da Natureza, Atuação docente.

## INTRODUÇÃO

O Ensino Médio se configura como a última etapa da educação básica, que é ofertada de forma gratuita e obrigatória pelo Estado, como consta na Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996). Além disso, pretende garantir o desenvolvimento da formação geral e específica dos

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [w\\_vertin@hotmail.com](mailto:w_vertin@hotmail.com);

<sup>2</sup> Professora Orientadora: Doutora em Química, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, [ayla.bizerra@ifrn.edu.br](mailto:ayla.bizerra@ifrn.edu.br).

discentes, em que concilia saberes dos componentes curriculares com o contexto social, a fim de promover uma educação voltada para as dimensões da cidadania e do trabalho.

O Ensino Médio Nacional vem sendo alvo de constantes estudos, exemplo Ramos (2003) e Zdebski e Corso (2015), análises e reflexões para criar documentos educacionais orientadores, levando em consideração as propostas de reformulação curricular de forma que atenda às demandas atuais, como a inserção das novas tecnologias na educação, as mudanças no mercado de trabalho e na formação cidadã do estudante. Assim, ao longo dos últimos anos, alguns documentos educacionais legais orientam essa nova reforma no Ensino Médio Brasileiro, sendo eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Diretrizes Curriculares Nacional do Ensino Médio (DCNEM), Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e Base Nacional comum Curricular (BNCC).

Até então, o ensino médio possuía um tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas e 200 dias letivos anualmente, tendo duração de 3 anos e com o ensino fragmentado em componentes curriculares das áreas de linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Seu objetivo principal é a formação propedêutica e técnica profissional, em que são desenvolvidas muitas vezes de forma separada sequencialmente ou concomitante, o que não possibilita uma educação unificada e ainda mais distante das vivências dos alunos (BRASIL, 1996).

Assim, as constantes mudanças da sociedade, em virtude dos avanços tecnológicos das áreas da informação e comunicação, juntamente com as constantes cobranças do mercado de trabalho por pessoas mais preparadas e capacitadas para exercer as mais diversas funções, remete a uma mudança no sistema educacional, principalmente no ensino médio, por ser a última etapa da educação básica, a qual exerce um papel de preparação dos alunos para atuar como cidadão na sociedade.

Deste modo, emerge o anseio por uma reformulação do ensino médio, que propicie aos alunos uma formação geral mais qualificada, com a aquisição de conhecimentos básicos de forma desfragmentada e rígida, visando à preparação científica e tecnológica para a futura atuação profissional. Nesse cenário, os estudantes assumem um papel ativo no processo educacional, como agentes reflexivos, criativos e pesquisadores.

Frente a isso, o Novo Ensino Médio vem sendo implementado de forma gradativa nas escolas públicas, inicialmente nas 1ª séries no ano de 2022 e nos anos seguintes contemplará a 2ª e 3ª séries, até completar todas as turmas em 2024. Esta implementação pressupõe mudanças significativas nas escolas, desde a infraestrutura, currículo, plano de ensino e organização

pedagógica e administrativa. Além de aumentar o tempo mínimo dos estudantes na escola para 1000 horas anuais (BRASIL, 2018). Nesse panorama, em função da vivência do supervisionado docente, surgiu uma inquietação de buscar compreender como os docentes da área de Ciências da Natureza vem experienciando essas mudanças oriundas do Novo Ensino Médio.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar e analisar as percepções e atuações dos docentes dos componentes curriculares Biologia, Física e Química, de uma escola pública do interior do Rio Grande do Norte, por meio de entrevistas semiestruturadas às mudanças ocorridas com a implementação gradual da proposta curricular do Novo Ensino Médio.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho se configura como uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo descritiva, em que visa descrever aspectos fundamentais presentes numa determinada vivência do público alvo. Segundo Gil (2008, p.27):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008. p.28).

Desta forma, essa pesquisa tem como natureza a obtenção de informações essenciais para construção de um conhecimento acerca das perspectivas e atuação docente de ciências da natureza frente a implementação da reforma curricular Novo Ensino Médio. O método investigativo utilizado refere-se ao levantamento de campo, em vista que, propicia um conhecimento direto e objetivo da realidade dos entrevistados, possibilitando entender melhor todas as ações e atividades desenvolvidas no meio estudado.

Gil (2008, p.55) conceitua que o Levantamento de Campo são as pesquisas que “se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” Assim, no desenvolvimento deste trabalho os pesquisadores buscaram compreender como as orientações e princípios do Novo Ensino Médio vem sendo aplicados na escola pública.

A realização desta pesquisa teve como público alvo quatro docentes dos componentes curriculares de Biologia, Química e Física que fazem parte da área de conhecimento Ciências da Natureza, das turmas do Ensino Médio de uma Escola Pública Estadual, situada na zona urbana da cidade Pau dos Ferros/RN, do Alto Oeste Potiguar.

A coleta de dados desta pesquisa utilizou como instrumento a entrevista, a qual propiciou captar informações fundamentais para caracterização do objeto de pesquisa. A entrevista foi escolhida por apresentar-se como um instrumento eficiente no campo das pesquisas, pois possibilita um contato direto entre o pesquisador e os pesquisados, em que permite obter informações diretas pelas respostas às perguntas efetuadas e de forma indireta pelos diálogos informais e atitudes corporais apresentadas durante o momento da entrevista. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.106):

A entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema. A entrevista pode ser: padronizada ou estruturada: é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência. Com a padronização, podemos comparar grupos de respostas (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 106).

Assim, a entrevista semi estruturada, foi preparada previamente com a finalidade de coletar informações pertinentes ao desenvolvimento da implementação gradual do Novo Ensino Médio. A entrevista se deu pela aplicação de um questionário com 9 (nove) perguntas, as quais partem da premissa de investigar as perspectivas e atuação dos docentes dos componentes curriculares de ciências da natureza, além de análise por meio da ótica dos professores a preparação e formações ocorridas para a implementação do Novo Ensino Médio Potiguar. As entrevistas foram realizadas de forma separada com cada docente, tendo tempo de duração média de 30 a 40 minutos. Deste modo, as perguntas estão classificadas em identificação do docente, organização para implementação e, perspectivas e atuação docente do Novo Ensino Médio.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **BREVE PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO**

No ano de 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que regulamenta na seção IV o funcionamento do Ensino Médio como uma etapa da Educação Básica Nacional, trazendo ainda, a possibilidade de preparar os educandos para o exercício de profissões técnicas, sendo tratada em seção à parte, intitulada Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL, 1996). Deste modo, torna-se notória a manutenção da dualidade histórica do Ensino Médio, em que, em alguns momentos da educação brasileira, ora adotava apenas a formação específica para o mundo do trabalho, ora a formação geral propedêutica para continuação da formação educacional. Porém, atualmente ambas formações estão estabelecidas no mesmo documento.

Tomando como base a LDB de 1996, ocorreu a formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, sendo aprovado pelo Parecer nº15/98 da Câmara de Educação Básica e pela Resolução nº 03/98 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1998), que deixa evidente uma separação entre a formação para o trabalho e a formação geral, assim essa possibilidade de formação profissional que não os estudos concluídos no ensino médio, poderão ser aproveitados para obtenção de uma habilitação profissional, em cursos realizados concomitante ou sequencialmente. No que se refere à formação para o trabalho, Zdebski e Corso (2015, p. 11794) elencam que:

A preparação para o trabalho é enfatizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998), mas considerando o aluno como responsável pelo sua aprendizagem e seu destino profissional. Já que cabe a ele adaptarem-se as novas condições do mercado de trabalho (ZDEBSKI; CORSO, 2015, p. 11794).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio - PCNEM 2000, trazem em seu texto uma reflexão sobre a necessidade de ajustes no currículo do Ensino Médio, frente a atender às constantes mudanças do conhecimento e desenvolvimento tecnológico. Em que deve incorporar como diretrizes gerais e orientadoras na proposta curricular, os quatro eixos: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 5) é elencado que “A formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.”

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2012, aliada aos pressupostos dos PCNEM, buscam o desenvolvimento de uma formação integral, atrelada à perspectiva dos eixos estruturantes do currículo: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, além de orientar como princípio educativo o trabalho, como princípio pedagógico a pesquisa e como princípios e metas da prática educativa os direitos humanos e a sustentabilidade socioambiental. Proporcionando assim, a superação da dicotomia entre formação geral e formação para o trabalho, entre trabalho manual e trabalho intelectual. Segundo Zdebski e Corso (2015, p. 11797):

As novas DCNEM traz a educação como um direito humano e para todos. Ressalta a importância de preservar os valores éticos e morais presente em determinado contexto cultural, mas destaca o papel da educação escolar na formação necessária para que o indivíduo consiga se desenvolver (ZDEBSKI; CORSO, 2015, p. 11797)

Posteriormente, foi formulado sem um diálogo efetivo com os educadores, o Projeto de Lei nº 8.460/2013, que previa um currículo mais diversificado e atrativo, em que a formação técnica prevalecia mais que a teórica. Mas, os educadores descontentes criaram o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que se pronunciaram através de um Manifesto com os principais pontos de discordância com os pressupostos desse Projeto de Lei (DA SILVA, 2018). A discussão da reforma do ensino médio voltou à tona em 2016, com a instauração da Medida Provisória nº 746, pegando de surpresa tanto os alunos como os educadores. Segundo a mesma autora (2018, p.523), isso aconteceu “Diante da instabilidade do momento político, da amplitude da reforma e da ausência de uma discussão democrática, a MP não poderia gerar outra coisa senão a revolta de diversos segmentos sociais ligados à educação.”

Fato esse, que coincidia com os estudos, discussões e elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pois fundamentava no desenvolvimento de uma Base Nacional Comum, que está prevista no artigo 26 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996, p.1), que diz o seguinte:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p.1).

Assim, a Base Nacional Comum Curricular tem um caráter normativo que define de forma progressiva o conjunto de aprendizagens essenciais e competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Deste modo, a BNCC surge como um marco demarcador no processo educacional, em que emerge mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem da Educação Básica Nacional.

## NOVO ENSINO MÉDIO

A Reforma do Ensino Médio surge como uma alternativa para atender às orientações dos documentos norteadores, o principal deles é a BNCC, em que busca minimizar as dificuldades e desafios do processo de ensino e aprendizagem do Ensino Médio em vigor. Um desses desafios é a dualidade existente, entre a formação geral e a formação para o trabalho no processo educacional no Ensino Médio, que provoca a manutenção dos mais variados obstáculos para a conclusão desse último nível da educação básica, sendo eles dupla jornada



escolar, alimentação precária, permanência desconfortável na escola e condições financeiras.

Aliado a isso, Ramos (2003, p.2) explana:

Em face dessas contradições, percebemos a necessidade de o ensino médio definir sua identidade como última etapa da educação básica, não pela abolição de qualquer perspectiva profissionalizante, mas pela construção de possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades sócio culturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos – reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio (RAMOS, 2003, p.2).

Outro fator que sustenta essa percepção, é a necessidade de generalidade do conhecimento por áreas de conhecimento, tendo em vista que, as informações estão conectadas e dispostas facilmente a todos, assim, a forma como essas informações estão dispostas aos alunos de forma fragmentada por componente curricular dificultam o processo de construção do conhecimento no âmbito escolar. Acerca disto, Ramos (2003, p.6) afirma:

[...] a generalidade das áreas de conhecimento, mormente associadas aos campos do conhecimento científico, por serem constructos a partir dos quais os homens compreendem e transformam a natureza, não deve substituir a especificidade de campos mais restritos do saber (por exemplo, as Ciências Naturais comportam os conhecimentos da Química, da Física e da Biologia, mas cada um desses campos possui suas especificidades que não podem ser lidas a partir dos mesmos códigos e princípios aplicados, por exemplo, à Física). Por isso, uma área de conhecimento deve ser compreendida como uma "totalidade orgânica", síntese de diversas determinações, com aspectos de generalidade mas também de particularidade (RAMOS, 2003, p.6).

Visando atender esses e outros anseios, a Medida Provisória nº 746/2016 foi sancionada em 2017 sob a Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os trâmites desta Medida Provisória e da Lei ocorreram, em caráter de urgência na câmara dos deputados como uma das últimas ações de 2016 e no senado como uma das primeiras ações na volta do recesso em 2017, sem a ocorrência de impedimentos foi aprovada e sancionada em 16 de fevereiro de 2017 pelo presidente em exercício Michel Temer sob a Lei 13.415 (DA SILVA, 2018).

De acordo com o site do Ministério da Educação (BRASIL, 2018), essa lei estabelece uma mudança na estrutura do ensino médio, tendo como principais pontos a ampliação do tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple a Base Nacional Comum Curricular. Segundo a Brasil (2017, p.1) na Lei nº 13.415 no artigo 36:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino (BRASIL, 2017, p.1).

Os itinerários formativos, são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas ou núcleos de estudo, com foco nas áreas de conhecimento e na Formação Técnica e Profissional (FTP) ofertados de forma autônoma pela rede de ensino aos estudantes do ensino médio. Esses itinerários formativos justificam o aumento do tempo mínimo do estudante na escola, em que está atrelado diretamente ao conceito de educação integral. Acerca desse termo, Da Silva (2018, p.524) discorre:

[...] no contexto brasileiro, o conceito de educação integral está diretamente atrelado à ideia de tempo escolar ampliado, tanto ao que diz respeito à quantidade de dias letivos, como também, e principalmente, ao aumento da carga horária diária que um mesmo aluno passa na escola (DA SILVA, 2018, p.524).

Desta forma, torna-se perceptível que esta reforma curricular do ensino médio está atrelada a uma concepção a bastante tempo discutida, a educação integral, mas com um viés de ampliação do tempo dos estudantes na escola para cursar disciplinas eletivas dos itinerários formativos, passando a ser configurado como uma educação em tempo integral. Com efeito, o termo educação integral no contexto nacional está sendo orientado, difundido e implementado de forma equivocada, pois a educação integral deveria atender a formação geral e formação específica para o trabalho.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os docentes entrevistados lecionam os componentes curriculares de Biologia, Química e Física, que fazem parte da área de conhecimento Ciências da Natureza, e possuem aproximadamente entre 8 e 22 anos de docência em turmas do ensino médio. Ao serem questionados sobre as concepções sobre a proposta do Novo Ensino Médio elencaram que os pontos fortes seria o Protagonismo Juvenil, os Projetos de Vida e a tentativa de interdisciplinaridade entre as subáreas das Ciências Naturais e suas Tecnologias. Como pontos fracos, elencaram a Carga horária, Falta de infraestrutura e materiais para se trabalhar com as disciplinas eletivas, além da carência de competência e habilidades advindas de um Ensino Fundamental defasado.

Uma docente ainda destacou que, há “disparidades com relação aos objetivos, pois os saberes e sequências de conteúdo não se encontram em uma sequência lógica, além do mais,



alguns saberes foram reduzidos quanto a importância a compreensão dos alunos quanto ao desenvolvimento e compreensão do conhecimento de mundo junto ao científico.” Esse trecho, relata uma perspectiva precisa de como essa professora busca garantir uma continuidade do processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos em meio às novas transformações dessa reformulação do currículo do Ensino Médio.

Os docentes da Ciências da Natureza relatam que, com a implementação do Novo Ensino Médio muitas mudanças ocorreram, e as principais são atreladas aos métodos de ensino, à carga horária, Projeto de Vida, Disciplinas Eletivas, Estudo Orientado Formação Técnica e Profissional e a adoção da BNCC, uma vez que foca na relação entre as subáreas das Ciências da Natureza. Deste modo, o currículo do ensino médio tem como base fundamentais a Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, em que organiza os arranjos com a relevância com o contexto local e o sistema de ensino (BRASIL, 2017).

A proposta do Novo Ensino Médio evidencia a realização de encontros formativos, para orientar e auxiliar nesse processo de implementação dessa nova reforma curricular do Ensino Médio. Entretanto, ao questionar os 4 docentes da área de Ciências da Natureza, sobre esses encontros formativos percebemos que não foram realizados encontros formativos com todos os professores desta área, sendo convidados apenas os profissionais dos componentes curriculares Física e Química, os quais consideraram que o único encontro realizado até então, foi insuficiente para compreender e desenvolver todas as orientações e ações, que objetiva o Novo Ensino Médio.

No âmbito do planejamento dos docentes, questionamos sobre como o Novo Ensino Médio orienta a construção dos Planos de Ensino. Os professores entrevistados elencaram que planejam de acordo com o Itinerário da BNCC e de forma individual junto a coordenação pedagógica da escola, fato esse que dificulta o alinhamento dos planejamentos dos componentes curriculares da área de Ciências da Natureza, como é a proposta do novo currículo. Isso ocorre devido à grande carga horária dos professores, que ocasiona dias de planejamento entre professores não coincidirem.

Em relação ao processo de escolha do Livro Didático, os docentes de Ciências da Natureza mencionam que ocorre de forma conjunta e unânime com todos os professores da área de Ciências Naturais que trabalham na escola. Esse processo compreende reuniões para discussão e uma rigorosa pesquisa entre os mais diversos livros que disputam a escolha, para selecionar uma coleção mais viável e com boas discussões quanto aos saberes a serem abordados na área de conhecimento. Esta escolha por área de conhecimento é uma mudança

oriunda da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, em que alguns entrevistados consideram um desafio para o processo de ensino e aprendizagem de seu componente curricular, visto que, identificam a falta de muitos conteúdos essenciais, pois os mesmos evidenciam a utilização do livro nas aulas, por considerá-lo como leme para orientação e sugestões didáticas.

Frente aos primeiros contatos com a implementação do Novo Ensino Médio, questionamos aos docentes sobre os principais desafios encontrados na sua prática profissional e possíveis estratégias de superação, em que foi expresso de forma evidente a utilização dessa abordagem interdisciplinar proposta por essa reforma curricular do Ensino Médio, em que compreende a obtenção do conhecimento por meio de sua totalidade e a particularidade dentro das áreas do conhecimento (RAMOS, 2003). E com relação às estratégias de superação deste desafio, foi sugerido a realização de um diálogo efetivo entre os professores, para realizar um planejamento conjunto e discussões a respeito das metodologias empregadas como simuladores, as mídias, o livro didático e a internet para proporcionar relações dos conteúdos dos componentes curriculares.

O último ponto investigado na entrevista, refere-se ao ponto de vista dos docentes sobre a escola está preparada para as mudanças ocasionadas pelo Novo Ensino Médio. Eles preferiram de forma unânime que mesmo a escola sempre se manter aberta a qualquer tipo de projeto ou programa, focado no bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, ela não está preparada. Um docente ainda enfatiza que a escola “Nunca estará preparada, pois há mudanças constantes, já que o Novo Ensino Médio Potiguar caiu de paraquedas e sempre teremos dúvidas sobre ensinar e avaliar nesse novo cenário.” Um dos fatores que embasa essa fala, refere-se a ampliação do tempo escolar do aluno, pois ao aumentar a carga horária diária mínima que os alunos devem passar na escola (DA SILVA, 2018), pois a escola não passou por adaptações necessárias na infraestrutura para atender essa nova demanda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da realização desta pesquisa acerca da implementação do Novo Ensino Médio na Escola Pública do Alto Oeste Potiguar, observou-se três fatores que se destacam: o primeiro, a real necessidade de uma reforma curricular no ensino médio pautado na formação integral dos estudantes; segundo, a participação efetiva dos docentes, discentes e comunidade escolar na elaboração da reforma curricular do ensino médio; e em terceiro, o desenvolvimento de formações significativas aos docentes e gestão escolar, além da realização prévia de

organização, adequação e ampliação da infraestrutura das instituições de ensino para implementação do novo ensino médio.

Com aplicação das entrevistas aos docentes de ciências da natureza, tornou-se mais evidente que esses três fatores não foram e nem estão sendo aplicados no processo de implementação do Novo Ensino Médio. Pois o próprio termo educação integral, que vem sendo pauta desta reforma curricular, está baseada na concepção de uma educação em tempo integral, em que foi elaborada e aprovada de forma urgente, sem uma participação e divulgação aos agentes educacionais. Ademais, a preparação para implementação do Novo Ensino Médio na escola pública do Alto Oeste Potiguar, não ocorreu e nem está ocorrendo mediante os documentos orientadores, pois a escola não apresenta infraestrutura adequada e são realizados poucos encontros formativos com docentes e quando ocorrem, não atendem as demandas exigidas pela reforma curricular.

Portanto, devido às constantes mudanças e transformações da sociedade, pressupõe-se que as instituições de ensino devem atualizar o currículo, a fim de atender as demandas dos estudantes e do meio social. Desse modo, torna-se evidente que a última etapa da educação básica necessita de uma reforma curricular urgente, mas sua elaboração deve ocorrer com o estudo, participação e contribuição de todos os agentes envolvidos no processo educacional, visando a educação integral dos estudantes. Além disso, na implementação da reforma do ensino médio a escola deve passar por uma preparação prévia na organização e adequação da infraestrutura e uma preparação contínua com encontros formativos para os docentes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 14 out. 2022.

\_\_\_\_\_. CNE/CEB n. 02/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jan. 2012b, Seção 1, p. 20. Disponível em: <[http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra\\_lei.asp?ID=123](http://www.confef.org.br/extra/juris/mostra_lei.asp?ID=123)> Acesso em: 16 out. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. LEI N.º 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017- Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original). Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm)> Acesso em: 20 set. 2022.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Portal MEC. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>> Acesso em: 19 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução CEB no 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 ago. 1998. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf)> Acesso em: 20 set.2022.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio) Brasília. 2000. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf) > Acesso em: 13 out. 2022.

COATIO, Maria Madalena das Neves Pereira. O "novo" ensino médio: a noção de competências em destaque. Dissertação. 149 f. (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

DA SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018.

FERRETTI, Celso J.; SILVA, Mônica R. da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. O " novo" ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**, v. 29, n. 2, p. 18-27, 2003.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da escola**, v. 13, n. 25, p. 91-107, 2019.

ZDEBSKI, Ana Paula; CORSO, Angela Maria. O ensino médio no Brasil: um estudo sobre as novas diretrizes curriculares nacionais. 2015, PUCPress - Editora Universitária Champagnat.